



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

RESOLUÇÃO Nº 004 - /2009
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO
148ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 09/10/2008
PROCESSO Nº 1/1235/2007
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2/200621265-9
RECORRENTE: I. D BONATO E CIA LTDA
RECORRIDA: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
AUTUANTES: Luiz Jorge Manfredi Neto e outros
MATRÍCULA: 101572-1-8
RELATOR: Conselheiro Vito Simon de Moraes
REVISOR: Conselheiro José Sidney Valente Lima

EMENTA: ICMS – 1. TRANSPORTE DE MERCADORIA ACOBERTADA POR DOCUMENTAÇÃO FISCAL INIDÔNEA – 2. A autoridade fazendária denunciou na peça inaugural, o flagrante fiscal ocorrido na fiscalização em trânsito referente ao transporte de mercadoria acobertada de documentação fiscal inidônea. Recurso voluntário conhecido e provido. 3. Auto de infração julgado **IMPROCEDENTE**, por unanimidade de votos, em vista à não caracterização da inidoneidade da nota fiscal apontada pelo autuante. Reformada a decisão condenatória proferida em instância originária, conforme parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

RELATÓRIO

A “*quaestio juris*” em exame trata sobre auto de infração lavrado por *transporte de mercadoria acobertada por documentação fiscal inidônea*, em face da transportadora *I.D Bonato e Cia Ltda*, que exerce atividade de transporte rodoviário de cargas em geral, intermunicipal, interestadual e internacional. As mercadorias em comento referem-se a sacos de farinha de trigo, totalizando o montante de R\$ 93.288,00.

O ilícito fiscal supramencionado originou-se de uma *fiscalização em trânsito*, através da qual se constatou que a empresa *Moinho Colonial Alameda Ltda*, sediada na cidade de Corbélia – PR emitiu nota fiscal de nº. 4699 para a empresa *Nogueira e Lopes Ltda*



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

sediada em Fortaleza-CE que descrevia as mercadorias transportadas de forma que não caracterizava a tipicidade das mesmas, consoante certificado de guarda de mercadorias nº. 012/06 elaborado pelo agente do fisco, desta feita, restou caracterizada a infração em tela. Auto de infração lavrado em 09/09/06, com supedâneo nos arts. 16, I, alínea “b”; 21, II, alínea “c”; 28; 131 e 169, I, do Decreto 24.569/97.

O processo, originalmente, foi instruído com o auto de infração nº. 2/2006212665-9, informações complementares, *Certificado de Guarda de Mercadoria – CGM* nº. 012/06, declaração de fiel depositário, *Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas – CTRC* nº. 067, nota fiscal nº. 4699, documentos diversos de fls. 11/17, AR, procuração e defesa. O auto, em epígrafe, relatou *ipsis litteris*:

“Transporte de mercadoria acobertada por documentos fiscais inidôneos, pois a descrição do produto da NF 4699 não caracterizava a tipicidade do mesmo, sendo assim infringido o art. 170, IV, b do Decreto infra.”(sic).

Às informações complementares, os autuantes esclareceram que a nota fiscal foi considerada inidônea por não indicar o tipo da farinha de trigo transportada, se era comum, aditivada ou especial. Desta forma, inferiram que a nota fiscal apresentada estava em desacordo com o produto transportado, haja vista a não especificação do tipo de farinha. Elucidaram que com base nas informações constantes da embalagem que acondicionava o produto, a mercadoria transportada se tratava de farinha de trigo especial.

O auditor sugeriu como penalidade, a preceituada no art. 123, III, alínea “a” da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/03, ou seja, o pagamento de multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor da operação ou da prestação. Por tais fatos, foi produzida a demonstração que se segue:

Base de Cálculo	R\$ 93.288,00
Alíquota	0,00%
ICMS (principal)	R\$ 15.858,96
Multa (30%)	R\$ 27.986,40
TOTAL	R\$ 43.845,36

O contribuinte tomou ciência pessoal, no próprio auto de infração, nos termos do art. 34 do Decreto 25.468/99. Ocorre que o mesmo não recolheu aos cofres



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

fazendários o valor devido e não impugnou o auto de infração no prazo legal, destarte, foi instaurada a relação contenciosa, pela revelia, em consonância com o art. 77 do decreto supra. Termo de revelia acostado à fl. 20.

A firma *Moinho Colonial Alameda Ltda*, emitente da nota fiscal nº. 4699 em 3/10/06 protocolou pedido de juntada de procuração aos autos e demais documentos necessários à regularidade de representação. Posteriormente, apresentou impugnação ao auto de infração às fls. 29/36, instruída com docs. de fls. 37/59, onde defendeu a tempestividade da defesa, vez que sendo litisconsorte do autuado não foi intimado do feito, sob o amparo do art. 184 do CPC, trazido no bojo da peça defensiva. Suscitou a ilegitimidade passiva da empresa autuada, bem como do destinatário ou emitente do documento fiscal, os quais no momento da fiscalização não detinham nem conduziam as mercadorias. Destarte, afirmou que o sujeito passivo da obrigação é o proprietário do caminhão indicado no CTCR. Argumentou que a fiscalização não explicou de forma clara e precisa como uma mercadoria comercializada por R\$ 21.840,00, resultou em uma cobrança de R\$ 93.288,00. Explicou que, em razão do recolhimento do imposto devido na operação por substituição tributária aos cofres do estado do Paraná com a alíquota de 0,7%, a cobrança de 17% imposta nos autos induz a figura jurídica do *bis in idem*. Alegou a existência de liminar em mandado de segurança concedida à empresa destinatária da nota fiscal, *Nogueira e Lopes Ltda*, a qual a abstém de efetuar recolhimento antecipado do ICMS com base na pauta fiscal. Ressaltou o não cometimento de qualquer infração por parte da defendente, tendo em vista que no momento da ação fiscal as autuadas não estavam direta ou indiretamente envolvidas com as operações em questão, posto não possuírem nem o domínio nem sequer a posse das mercadorias, cujos documentos fiscais foram descaracterizados pela fiscalização. Neste diapasão, contestou a falta de análise da amostra do conteúdo das sacas pelos agentes fiscais, em notório desrespeito ao princípio do devido processo legal, grafado no art. 5º da Carta Magna. Transcreveu, por fim, o art. 121 do CTN, pelo que consignou a nítida diferença feita pela legislação entre contribuinte e responsável pelo pagamento do imposto. Ao final, requereu o acolhimento da preliminar suscitada, ou ultrapassada essa questão, a procedência da defesa.

A julgadora monocrática concluiu pela **PROCEDÊNCIA** da ação fiscal e intimou a autuada a recolher aos cofres fazendários, no prazo legal de 10 (dez) dias, a contar da data da ciência da referida decisão, o valor estipulado pelo agente fiscal, com os devidos acréscimos legais ou interpor recurso, em igual prazo, ao Conselho de Recursos Tributários. Rejeitou a preliminar de ilegitimidade do sujeito passivo consoante o art. 121 do CTN. Entendeu ser inquestionável a responsabilidade da empresa transportadora, em que pese a alegação de que o veículo que transportava a mercadoria não ser de propriedade da autuada. Com relação ao preço da mercadoria cobrado pelo autuante, expressou, com respaldo no art. 25 do RICMS, que a base de cálculo do imposto será "o valor desta no varejo, ou na sua falta, o valor a nível de atacado, na



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

respectiva praça, acrescido de percentual de 30%, se inexistir percentual de agregação específico para a mercadoria respectiva.” Esclareceu à impugnante que no pedido de liminar o mérito da questão não é analisado, apenas os pressupostos específicos para sua concessão, portanto, a matéria discutida através da liminar aludida na peça impugnatória não diz respeito ao mérito do processo ora analisado. Observou que as mercadorias foram descritas na nota fiscal de forma imprecisa, não podendo deixar de aplicar a norma prevista legalmente. Exarou convencimento ainda, de que o trabalho apresentado pelo autuante, não expressou falha que o possa tornar inválido, razão pela qual o motivo da autuação está perfeitamente caracterizado. Neste esteio, considerou configurado o cometimento do ilícito fiscal e ratificou a penalidade aplicada pelo agente fazendário. Frente ao exposto, foram produzidas as demonstrações que se seguem:

Base de Cálculo	R\$ 93.288,00
ICMS (principal)	R\$ 15.858,96
Multa (30%)	R\$ 27.986,40
TOTAL	R\$ 43.845,36

A intimação do julgamento singular foi enviada, por via postal para *I.D Bonato e cia ltda*, em 31/07/08 nos termos do art. 34 §3º do Decreto 25.468/99.

A empresa co-responsável *Moinho Colonial Alameda Ltda*, irresignada com a decisão da instância singular, apresentou recurso voluntário tempestivo às fls. 69/79 dos fôlios processuais. Em sede recursal, evidenciou preliminarmente, o erro na eleição do sujeito passivo, vez que o recorrente não é parte legítima para responder a autuação impugnada, mas sim o proprietário do veículo, devidamente discriminado no CTRC. Destacou não restar dúvidas de que a autuação contém todos os elementos caracterizadores da idoneidade do documento fiscal. Ilustrou que não pode o autuante definir a farinha de trigo como especial sem realizar análise laboratorial da amostra do conteúdo das sacas. Acrescentou não ser possível também ao fisco tabelar a mercadoria através de pauta fiscal sem considerar o preço real que o contribuinte alienou a mercadoria. Fez menção ao recolhimento do imposto devido ao Erário estadual do Paraná por substituição tributária, com a ressalva de que a julgadora monocrática não considerou o valor recolhido sob o frágil argumento de que a nota fiscal é documento inidôneo. Salientou que a empresa destinatária é detentora de liminar deferida em sede de mandado de segurança concernente ao processo nº. 2005.00287833-1, que tramita perante a 3ª Vara da Fazenda de Fortaleza-Ceará, onde se determinou a abstenção da exigência do valor do ICMS antecipado. Colacionou decisões preferidas por este órgão em favor de sua tese de que a simples omissão destacada pelo autuante não torna o documento totalmente nulo. Frente ao exposto, requereu o efeito suspensivo e devolutivo do presente recurso, na dicção do art. 520 do CPC, ou o julgamento **IMPROCEDENTE** do auto de infração, bem como a redução do valor constante na



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

decisão *a quo*, caso se entenda pela subsistência de alguma sanção à recorrente, em razão do manifesto erro na definição da base de cálculo tributária, por haver sido desconsiderado o valor do ICMS já pago ao estado de origem.

A Consultoria Tributária por intermédio do parecer 335/2008 verificou, após análise das peças instrutórias da presente lide, que assiste razão à improcedência da autuação em baila. Destarte, observou que a nota fiscal apresenta todas as características essenciais previstas no art. 170, IV, alínea “b” do Decreto nº 24.569/97. Esclareceu que o documento fiscal somente é considerado inidôneo, nos termos do art. 131, se conter declarações inexatas ou que tais declarações sejam incompatíveis com a operação efetivamente realizada. Relatou que o agente fiscal ao proceder à conferência da mercadoria vislumbrou que esta não estava de acordo com a efetivamente transportada, em virtude da composição especificada na embalagem que acondicionava o produto. Desta feita, explicitou que a falha em não declarar o tipo de farinha, não prejudicou o conhecimento da real operação no caso em tela. Outrossim, discorreu não ter sido informado pelo autuante como constatou que se tratava de uma farinha especial, logo tal indicativo é prova insuficiente para caracterizar a mercadoria e que a sua falta possa impedir o conhecimento da operação realizada. Ademais, se posicionou pela não ocorrência de nenhuma infração à legislação tributária. Isto posto, conheceu do recurso voluntário, dando-lhe provimento, no sentido de reformar a decisão exarada pela instância monocrática para a **IMPROCEDÊNCIA** do auto de infração.

Os autos foram encaminhados, para apreciação do representante da douta Procuradoria Geral do Estado, que se manifestou pelo acatamento do referido parecer, que repousa às fls. 86/89.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Trata-se de recurso voluntário interposto por ***I.D BONATO E CIA LTDA*** em face de ***CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA***, objetivando, em síntese, a revisão da decisão exarada no juízo originário no que compete ao auto de infração sob o nº. **2/200621265-9**, nos termos da legislação processual vigente.

No processo *sub examine*, o requerente foi autuado por ***transporte de mercadoria acobertada por documentação fiscal inidônea***, sendo a inidoneidade caracterizada pelo fato de a nota fiscal estar em desacordo com o produto transportado.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

A petição de recurso apresentada pela empresa emitente da nota fiscal, em linhas gerais, alegou, preliminarmente, a ilegitimidade passiva da mesma, que figura como co-responsável. Instou que a parte legítima para responder a autuação seria o proprietário do veículo consoante o disposto no CTIRC. Dentre suas alegações defensórias, sustentou a idoneidade da documentação fiscal em questão. Mencionou a falta da análise laboratorial da amostra do conteúdo das sacas. Apontou equívoco por parte do fiscal autuante ao fixar o preço do produto transportado. Assegurou ter havido o efetivo recolhimento do imposto devido por substituição tributária aos cofres do Paraná. Fez referência à existência da liminar em mandado de segurança concedida à empresa *Nogueira e Lopes Ltda.* Diante a argumentação, pugnou pelo efeito suspensivo e devolutivo do recurso proposto, na dicção do art. 520 do CPC, ou pelo julgamento **IMPROCEDENTE** do auto de infração, bem como pela redução do valor constante na decisão *a quo*, caso se entenda subsistente alguma sanção à recorrente, em razão do manifesto erro na definição da base de cálculo tributária, por haver sido desconsiderado o valor do ICMS já pago ao estado de origem.

Antes de adentrar no mérito, cumpre destacar a presença da recorrente no presente digesto processual, onde, como emitente da mercadoria em lume, se insurgiu contra a decisão singular proferida pelo juízo monocrático. Por seu turno, estabelece o art. 124 do Código Tributário Nacional, *expressis verbis*:

Art. 124. São solidariamente obrigadas:

I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

Nessa consonância, ratifico a inclusão da empresa em liça, no pólo passivo da contenda, como assim o fez, o juízo originário; em virtude do interesse manifesto na relação processual e, em total harmonia com o instituto da responsabilidade solidária preceituado acima.

Vencida a preliminar e demais questões processuais, passo ao exame meritório da *quaestio juris*, no sentido de verificar se restou configurada a suposta ilegalidade apresentada na peça exordial.

Observo que o cerne da questão cinge-se em um ponto, a saber: *se o fato da nota fiscal não especificar o tipo de mercadoria transportada caracteriza a inidoneidade da nota fiscal.*



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

A exegese acerca do preenchimento da nota fiscal está expressa no art. 170 do RICMS, consoante transcrito abaixo:

Art. 170. A nota fiscal conterá, nos quadros e campos próprios, observada a disposição gráfica dos modelos 1 e 1-A, as seguintes indicações:

(...)

IV - no quadro "dados do produto":

(...)

b) descrição dos produtos, compreendendo: nome, marca, tipo, modelo, série, espécie, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação; (*Grifos acrescidos*).

Com efeito, a norma escrita faz alusão a uma perfeita identificação do produto objetivando um maior controle na fiscalização em trânsito e no estabelecimento, consoante se depreende da leitura do dispositivo legal.

Ocorre que, no cotejo realizado entre a nota *sub oculi* e o CGM nº. 012/06 (fls.05), saltam aos olhos de forma hialina, a plena possibilidade de identificação das mercadorias transportadas. Neste desiderato, firmo meu convencimento de que o motivo referenciado pelo autuante não tem o condão de tipificar a inidoneidade do documento fiscal em tablado.

Portanto, ao analisar os argumentos defensórios apresentados na peça recursal, há de se entender que não merece prosperar a acusação fiscal em destaque, uma vez que as razões apresentadas pelo auditor fazendário não são suficientes para caracterizar a efetiva prática do ilícito fiscal, visto à não configuração da inidoneidade do documento fiscal.

Neste enfoque, das evidências extraídas dos autos, exsurge a constatação de que os requisitos insculpidos no art. 170 do RICMS se revelam presentes no documento fiscal em comento, de modo a não haver justificativa para subsistência da alegação trazida na peça acusatória. O art. 131 do Decreto 24.569/97 relaciona as hipóteses em que a documentação fiscal se reputará inservível para acobertar o transporte de mercadorias, o que não é o caso.

Ex positis, voto pelo conhecimento do recurso voluntário, dando-lhe provimento, para que seja reformada a decisão condenatória exarada em 1ª instância, em



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

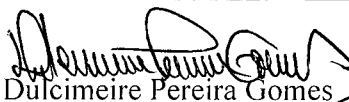
conformidade com o parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado, decidindo pela **IMPROCEDÊNCIA** da autuação.


É o voto.

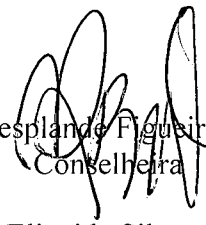
DECISÃO


Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrente **I.D BONATO E CIA LTDA** e recorrida **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**. A 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, resolve conhecer do recurso voluntário, dar-lhe provimento, reformando a decisão condenatória proferida pela 1ª Instância, julgando **IMPROCEDENTE** a presente ação fiscal, nos termos do voto do relator, conforme parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado que, na ocasião sugeriu que as notas fiscais originais constantes nos autos sejam desentranhas e devolvidas ao autuado.

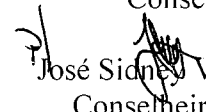
SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 06 de 01 de 2009.



Dulcimeire Pereira Gomes
PRESIDENTE

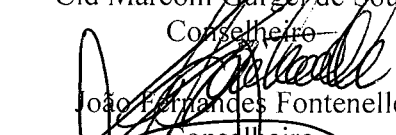

Eliane Resplande Figueiredo de Sá
Conselheira

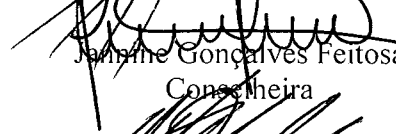

Maria Elineide Silva e Souza
Conselheira

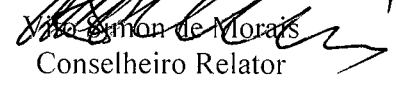

Magna Vitória de Guadalupe Lima Martins
Conselheira

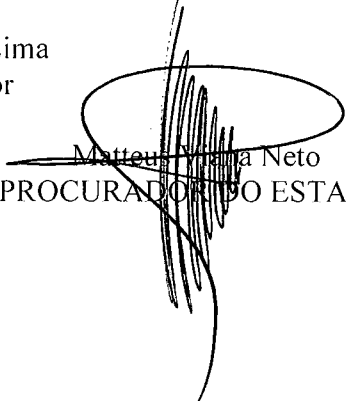

José Sidney Valente Lima
Conselheiro Revisor


Cid Marconi Gurgel de Souza
Conselheiro


João Fernandes Fontenelle
Conselheiro


Jannine Gonçalves Feitosa
Conselheira


Vito Simon de Moraes
Conselheiro Relator


Mateus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO